

**PROCESSO N.º:** 003452/2025-TC

**INTERESSADO:** Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

**ASSUNTO:** Contratação de instituição financeira oficial para prestação de serviços bancários

**DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS. FUNDAMENTO NO ART. 75, IX, DA LEI Nº 14.133/2021. POSSIBILIDADE JURÍDICA. PARECER FAVORÁVEL.**

#### **I. Caso em exame**

Análise jurídica, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, sobre a possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação, de instituição financeira oficial — no caso, o Banco do Brasil S.A. — para prestação de serviços bancários.

#### **II. Questão em discussão**

A controvérsia posta à apreciação consiste em verificar a legalidade da contratação direta com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação para a aquisição de bens ou serviços prestados por órgão ou entidade integrante da Administração Pública criada para tal fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Debate-se, ainda, sobre a compatibilidade da contratação com os princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência, além da regularidade formal dos documentos exigidos no processo de contratação direta, nos termos do art. 72 da referida lei.

#### **III. Razões de opinar**

A contratação direta de instituição financeira oficial encontra amparo  
no



art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a dispensa quando os serviços forem prestados por ente da Administração Pública criado para esse fim específico.

A compatibilidade dos preços praticados foi demonstrada mediante pesquisa de mercado e documentos técnicos, os quais evidenciam a adequação econômica da proposta apresentada pela instituição financeira.

Os serviços prestados pelo Banco do Brasil já vinham sendo executados com qualidade há mais de uma década, fato que corrobora a vantajosidade da contratação, além da ampla capilaridade de atendimento da instituição.

Os autos encontram-se instruídos com os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, incluindo estudo técnico preliminar, termo de referência, justificativa de preços, escolha do fornecedor, pareceres técnicos e autorização da autoridade competente.

A minuta contratual anexa aos autos (eventos 11 e 12) observa os requisitos legais e se mostra apta à formalização da avença.

#### **IV. Resposta**

Esta unidade consultiva opina pela viabilidade jurídica da contratação direta do Banco do Brasil S.A., por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021, para prestação de serviços bancários a esta Corte de Contas.

Ressalva-se que a decisão final quanto à conveniência e oportunidade da contratação incumbe à autoridade administrativa competente.





**Dispositivos relevantes citados:** Constituição Federal, art. 37, XXI; Lei nº 14.133/2021, arts. 72 e 75, IX.

Jurisprudência relevante citada: TCU, Acórdão 1940-Plenário; Proc. 033.466/2013-0; Relator: Walton Alencar Rodrigues; Data da sessão: 05/08/2015.

**Parecer nº 379/2025 – CJ/TC**

01. Trata-se da análise jurídica acerca da possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação com instituição financeira oficial.
02. Os autos contêm, notadamente, as seguintes peças: a aquisição tem sua necessidade justificada no documento de formalização da demanda (DFD) (evento 04); estudo técnico preliminar (evento 05); especificações do objeto e condições de execução do objeto constam do termo de referência (evento 06); a justificativa de preço está lastreada em pesquisa mercadológica (eventos 07 e 10); minuta de contrato (evento 11, com anexos no evento 12).
03. Em seguida, os autos foram encaminhados à CONJU para análise jurídica, na forma da Lei n.º 14.133/2021, art. 72 (evento 23).
04. É o breve relatório. Passo a opinar.

**II - Fundamentação**

05. Preliminarmente, cumpre registrar que esta unidade consultiva se manifesta sob o prisma estritamente jurídico, de forma meramente opinativa, quanto às questões submetidas à sua análise e parecer, não cabendo a ela, portanto, adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade relativos à prática dos atos administrativos,



reservados à esfera discricionária da autoridade administrativa competente, a exemplo do exame de questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

06. Da análise dos autos, observa-se que a contratação será realizada mediante dispensa de licitação. Sobre o assunto, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que a contratação de bens e serviços pela Administração Pública será manejada por meio de processo licitatório. No entanto, o mesmo dispositivo prevê exceções legais, conforme se observa a seguir:

Art. 37. (...)

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo acrescentado)

07. No mérito, verifica-se que a possibilidade de contratação direta é fundamentada na hipótese do art. 75, inciso IX, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

08. O Banco do Brasil S/A é regido pela Lei nº 4.595/1964<sup>1</sup>, e se insere na qualidade de instituição financeira oficial federal, constituída sob a forma de sociedade de

---

<sup>1</sup> “Art. 19. Ao Banco do Brasil S. A. competirá precipuamente, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal.”

economia mista, em que pese se encontrar sujeita ao regime jurídico das empresas do setor privado, à luz do que dispõe o art. 73 da Constituição<sup>2</sup>.

09. Nesse diapasão, o Tribunal de Contas da União– TCU, em resposta a Consulta<sup>3</sup> acerca de aspectos jurídicos relacionados à prestação de serviços relativos à gestão financeira de folha de pagamento (e outros serviços) por instituição bancária oficial:

9.3.3 Terceira pergunta: "É viável a contratação direta de banco oficial com amparo no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993?" Resposta: 9.3.3.1. É viável a contratação direta de instituição financeira oficial, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, para a prestação de serviço, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, devendo, ainda, serem observadas as condições de validade do ato administrativo estabelecidas no artigo 26, caput, e parágrafo único, do referido diploma legal, bem como demonstrada a vantagem da contratação direta em relação à adoção do procedimento licitatório;

010. Nota-se que a Consulta foi respondida pelo TCU sob a ótica da Lei 8.666/93, porém, seus fundamentos para a dispensa do procedimento licitatório se amoldam perfeitamente aos ditames da Lei 14.133/21. Ressalte-se que o art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993 tem paralelo na nova Lei de licitações no art. 75, IX:

#### **Lei 8.666/93**

Art. 24. É dispensável a licitação: VIII- para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços

<sup>2</sup> “Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (...)”.

<sup>3</sup> Acórdão 1940-Plenário; Proc. 033.466/2013-0; Relator: Walton Alencar Rodrigues; Data da sessão: 05/08/2015;



prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

-----

**Lei 14.133/21**

Art. 75. É dispensável a licitação: IX- para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

011. Ora, estamos falando de uma instituição financeira oficial, constituída na forma de sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado e sob o controle majoritário do poder público, o que garante a sua adequação ao conceito de administração pública retromencionado, estabelecido pela própria Lei n.º 14.133/2021.

012. Isso posto, é chegada a vez de atentar para a existência de compatibilidade entre o preço contratado e o então praticado no mercado, o que, a despeito da premissa de que a lei não traz palavras inúteis, há de se convir, quer dizer, na verdade, ser necessária a demonstração de que a contratação direta implica condições mais vantajosas, sobretudo do ponto de vista financeiro, para o contratante.

013. A propósito de tal comprovação, note-se que as tarifas cobradas pelos serviços contratados são reguladas pelo BACEN, de modo que a sua adequação com o mercado resta mais do que evidente.

014. Considerando que, atualmente, esta Corte de Contas dispõe de 618 (seiscentos e oitenta e cinco) Membros, servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários, o valor devido a título de contraproposta pela prestação dos serviços que



constituem o objeto deste termo de referência não poderá ser inferior a R\$ 1.726.200,00 (um milhão cento, setecentos e vinte e seis mil e duzentos reais), como assinalado no Estudo Técnico Preliminar (evento 05).

015. Quanto à escolha fornecedor, a DRF (evento 03), consigna que a opção pelo Banco do Brasil é respaldada pela qualidade dos serviços que têm sido prestados por ele até então a este Tribunal, isto é, são mais de dez anos de vínculo ininterrupto, de modo que não há nada que desabone sua conduta na condição de contratado. A proposta econômica também foi superior à fornecida pela Caixa Econômica Federal.

016. Tem-se, ademais, como evidência de outra vantagem atrelada ao contrato, o fato de o Banco do Brasil possuir uma vastíssima rede de atendimento por todo o país, de modo que essa capilaridade da referida instituição financeira também corrobora para a confirmação do acerto da escolha feita por este Tribunal.

017. Os documentos constantes nos autos atendem, de modo geral e com as ressalvas feitas pela SEAD (evento 15), no que se refere à espécie de contratação, às exigências do art. 72 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato

decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

018. Quanto a minuta de contrato padronizado (eventos 11 e 12), esta revela-se apta a materializar a avença.

### **III - Conclusão**

019. Eis que, por todo o exposto, esta unidade consultiva OPINA pelo deferimento da contratação direta do BANCO DO BRASIL S.A. para a prestação de serviços bancários, tendo em vista configurar hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, IX, da Lei n. 14.133/2021.

020. É o parecer, que ora se submete à consideração superior.

Natal/RN, 14 de outubro de 2025.

*assinado eletronicamente*

**Daniel Simões B. N. de Oliveira**

Consultor Jurídico

Coordenador Jurídico - Coordenadoria do Administrativo



**DESPACHO**

Aprovo o Parecer nº 379/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, I, do Anexo Único da Resolução nº 009/2015-TCE.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

*Assinado eletronicamente*  
**Leonardo Medeiros Júnior**  
Consultor-Geral